

FR.2024.2470 / SEQ60314

Belo Horizonte/MG, 16 de setembro de 2024.

Ao

COMITÊ INTERFEDERATIVO (CIF)

A/C: ILMO. SR. PRESIDENTE RODRIGO AGOSTINHO

- Protocolo via Sistema Eletrônico -

REF.: *Manifestação ao Item 5.3 da Pauta da 79ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo – Câmara Técnica de Organização Social (CT-OS)*

A **FUNDAÇÃO RENOVA** (“FUNDAÇÃO”), pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.135.507/0001-83, Avenida Getúlio Vargas, nº 671, 4º andar, Belo Horizonte/MG, CEP 30.112-021, vem, respeitosa e tempestivamente, **manifestar-se acerca do item 5.3 da Pauta da 79ª Reunião Ordinária deste I. Comitê**, com fundamento na Cláusula 39, §§ 2º e 3º¹, do TAC Governança, e no art. 10, §§ 5º e 6º, do Regimento Interno do Comitê Interfederativo (“CIF”)², nos termos que se seguem.

O referido item de pauta (5.3.) consiste em pedido feito pela Câmara Técnica de Organização Social (“CT-OS”), por meio da ***Nota Técnica nº 56/2024/CT-OS/CIF*** (“Nota Técnica nº 56”), para que o CIF regulamente internamente a decisão judicial proferida no âmbito da Ação Civil Pública (“ACP”) nº 6029634-39.2024.4.06.3800, proferida pelo Juízo da 4ª Vara Federal Cível e Agrária de Belo Horizonte/MG, a qual deferiu parcialmente os pedidos de tutela de urgência formulados pelas Instituições de Justiça, Autoras da aludida ACP, deliberando:

¹ **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA** – As reuniões do CIF serão precedidas pela publicação de pauta, contendo discriminação de matérias e documentos que serão apreciados.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Publicada a pauta, os interessados terão prazo de 10 (dez) dias para manifestação sobre as matérias e os documentos que serão apreciados.

² Art. 10, §5º - Publicada a pauta, os interessados terão prazo de 10 (dez) dias para manifestação sobre as matérias e os documentos que serão apreciados

- 1) O cumprimento, no prazo de 60 (sessenta) dias, da cláusula 28 do TTAC para a efetiva atualização, revisão e correção do cadastro de todas as mulheres cadastradas ou com solicitações de cadastro pendentes, a partir de requerimentos individualizados já apresentados e/ou a serem apresentados pelas mulheres atingidas, em seus respectivos territórios, de modo que seja possibilitada a inclusão ou retificação de toda e qualquer informação que seja necessária para fundamentar a sua elegibilidade e permitir o seu acesso direto ao Auxílio Financeiro Emergencial/AFE e Programa de Indenização Mediada/PIM e NOVEL;*
- 2) O acesso imediato às mulheres de informações, bem como possibilitar a elas o direito a alterações no respectivo cadastro, de forma direta, autônoma, independente;*
- 3) O devido cumprimento à Cláusula 21 do TTAC que inclui a mulher chefe de família, no enquadramento do cadastrado em situações específicas de maior vulnerabilidade que demandem atendimento especializado e/ou prioritário.*
- 4) O acesso ao AFE e PIM, em 15 (quinze) dias, das mulheres cadastradas na Fase 01, prioritariamente, devendo todas as informações pendentes serem devidamente saneadas para o seu correto enquadramento na categoria pleiteada;*
- 5) A realização do pagamento integral, retroativo e devidamente atualizado, de todas as verbas devidas e não recebidas pelas mulheres atingidas;*
- 6) A disponibilização em todos os municípios atingidos atendidos pelo PG01, de PIM e AFE e canais de atendimento adequados para acesso direto das mulheres atingidas;*
- 7) O início imediato da realização de busca ativa em todos os municípios atingidos atendidos pelo PG01, PIM e AFE para localizar as mulheres cadastradas e a cadastrar, que ainda não foram indenizadas pelo PIM, que não receberam AFE ou possuem reclamações e solicitações pendentes de resolução.*

Diante do exposto, a FUNDAÇÃO se manifesta acerca do Item 5.3. da Pauta da 79ª Reunião Ordinária do CIF, no intuito de apresentar as razões pelas quais a Nota Técnica nº 56 deve ser **reprovada**, nos termos que se seguem.

I – RECONHECIMENTO QUANTO À IMPORTÂNCIA DO TEMA

Cumprando inicialmente destacar que a Fundação Renova está atenta à necessidade de se assegurar a proteção dos direitos das mulheres atingidas, tanto que, em dezembro de 2017, criou uma área específica de Direitos Humanos, com o objetivo

de orientar a condução dos programas socioeconômicos e socioambientais e dos seus processos de tomada de decisão, alinhada às melhores práticas nacionais e internacionais na área, em cumprimento à Cláusula 223 do TTAC.

A Política de Direitos Humanos estabelecida pela Fundação Renova é baseada em referências internacionais e nacionais sobre a temática e possui os seguintes pilares de atuação: (i) respeitar e prevenir; (ii) promover e educar em Direitos Humanos e (iii) mitigar e remediar eventuais impactos negativos a esses direitos.

Conforme essa Política, a Fundação Renova tem o compromisso de respeitar e valorizar a diversidade e de não tolerar qualquer discriminação baseada em origem, raça, cor, etnia, **gênero**, sexo, idade, religião, pensamento político ou qualquer outro tipo.

Exatamente por não negar a sensibilidade do tema da discriminação e violência de gênero é que a Fundação Renova, em conformidade com a sua Política de Direitos Humanos, desenvolveu, de forma proativa, uma série de projetos voltados ao público feminino:

- **Projeto Já Entendi:** Capacitação de grupos de trabalho composto por mulheres para a melhoria do desenvolvimento de suas atividades profissionais, com foco na promoção do estímulo ao espírito empreendedor e na profissionalização do trabalho. Capacitação dos grupos AHOBRO (Associação dos Hortifrutigranjeiros de Bento Rodrigues: produtoras da geleia de Pimenta Biquinho); Bordadeiras de Barra Longa e Cooperativa Mista de Gesteira.
- **Projeto Empreende Rio Doce/ Rio Doce Digital e Campus Tech:** capacitações em temáticas de empreendedorismo e inovação, com público-alvo de jovens em busca de capacitação e desenvolvimento profissional, desenvolvendo o potencial empreendedor e abordando temáticas como Transformação Digital, Ideação e Empreendedorismo Tecnológico. Há participação de 98 mulheres, de um total de 150 participantes.
- **Projeto Cadeia da Meliponicultura:** Projeto de criação de abelha sem ferrão nas comunidades de Regência, Povoação, Areal e Entre Rios, em Linhares/ES. Conta com a participação de 32 mulheres.

- **Projeto Cadeia do Cacau:** Assistência técnica e capacitações, incluindo temas como “Gestão e comercialização”, “Manejo sustentável do cacau”, “Segurança e saúde” e “Pós-colheita”. São 41 produtoras de cacau no Espírito Santo, de um total de 79 participantes.
- **Projeto Agroecológico/ES:** Projeto de apoio às cadeias produtivas do café e da pimenta do reino nos assentamentos rurais capixabas. O projeto tem por objetivo qualificar os processos de comercialização dos produtos dos assentados com a compra de equipamentos e melhoria da infraestrutura nos 10 assentamentos participantes. Participação de 178 mulheres assentadas.
- **Projeto Agroecológico/MG:** Projeto de apoio à cadeia produtiva da fruticultura nos assentamentos rurais mineiros. Elaboração do diagnóstico técnico das propriedades rurais que receberão ações de implantação das atividades produtivas. Participação de 62 mulheres assentadas.
- **Bancos Comunitários:** Fortalecimento do comércio local através do aumento da demanda por produtos locais, por meio do apoio na diversificação da oferta e do surgimento de novos produtores e de pequenos negócios nas comunidades. Há participação das mulheres nos comitês dos 5 bancos comunitários de Minas Gerais (Baixa Verde - Dionísio, Cachoeira Escura e Itueta) e no Espírito Santo (Regência e Povoação - Linhares).
- **Promoção de Negócios Coletivos e Individuais** (Parceria com a Brasil Foundation): Associação de Produtores Rurais do Córrego Mutum Claro - Projeto Massa dos Sonhos. São 40 mulheres diretamente beneficiadas com o projeto, gerando um aumento entre 50% e 100% na sua renda.
- **Associação das Mulheres Artesãs de Itueta e região** (AMAI). Fortalecimento das mulheres no mercado de trabalho, na geração de renda e na inclusão social. São 15 mulheres diretamente beneficiadas.
- **Espaço Estético Itinerante.** Cursos gratuitos de depilação, design de sobrancelhas, manicure e pedicure, possibilitando que pessoas desempregadas ou de baixa renda possam melhorar suas condições de vida, através da prestação de serviços estéticos e fomentar o capital de giro local. São 86 pessoas diretamente beneficiadas.
- **Ateliê Lar Doce Lar.** Capacita mulheres em artesanato, promovendo autonomia financeira, com 48 mulheres diretamente beneficiadas.

- **Mimos da Mari.** Tem por objetivo adequar o processo de produção das peças artesanais para ampliar o número de peças e variedades. São 10 mulheres capacitadas para produção de artesanato em cachepô; com aumento de 60% das vendas no ateliê Mimos da Mari; Inserção de uma pessoa no processo produtivo do ateliê, possibilitando o aumento da produção em até 70%;
- **Projeto Arte de viver - Associação de Artesãos Mãos do Povo:** reestruturação do espaço de vendas da Associação de Artesãos Mãos do Povo, com 19 mulheres diretamente beneficiadas;
- **Projeto Feijão: Assistência Técnica e Qualificação Produtiva.** Articulação institucional para abertura de mercado. Parte da colheita é reservada pelas famílias para subsistência. Conta com a participação de cerca de 10 agricultoras.
- **Associação de Hortigranjeiros de Bento Rodrigues** – AHOBRO – Apoio nas ações de fortalecimento da Associação composta por 12 membros, sendo 7 mulheres.
- **Associação Mães da Colina:** Apoio nas ações de fortalecimento da Associação, com envolvimento de 12 mulheres.
- **Mobilização de grupos de costureiras** ao longo do Rio Doce, para a confecção de máscaras de proteção durante a pandemia para os funcionários diretos e indiretos da Fundação Renova. Foram cerca de 40 mulheres envolvidas na ação.
- **Marianas Mulheres Que Inspiram:** Parceria com o grupo Marianas Mulheres Que Inspiram para a participação de 76 mulheres atingidas no evento “Ela Pode” de 2022.
- **Meninas da Barra:** As Meninas da Barra se uniram com o desejo de resgatar a tradição dos bordados à mão livre na cidade de Barra Longa, e pela necessidade de impulsionar a economia local e tecer novos sentidos para suas vidas. O estilista Ronaldo Fraga convidou-as para produzir uma fascinante coleção para a São Paulo Fashion Week de 2018 – Coleção Mudar. E as Meninas da Barra ganharam o mundo e participaram de uma palestra *online* dentro da programação da Feira Internacional de Negócios Criativos e Colaborativos do Sebrae Paraíba. O grupo participou, ainda, do projeto Catarse Coletiva e Minha Casa Em Mim, criado pela Associação de Cultura Gerais (ACG) em parceria com a Fundação Renova e curadoria do estilista Ronaldo Fraga e com outros consultores da ACG.

- **Grupos Produtivos de Mariana e Barra Longa:** Apoio no desenvolvimento de grupos produtivos de Barra Longa e Mariana – Projeto Empoderar (Barra Longa) e Projeto Catarse Coletiva (Mariana e Barra Longa). Lançamento da Coleção Minha Casa em Mim com a curadoria de Ronaldo Fraga (Mariana e Barra Longa).
- **Minha Casa em Mim:** Finalização dos atendimentos de assessoria técnica aos 13 grupos produtivos (175 artesãos, sendo 90% mulheres) de Mariana e Barra Longa, Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce do projeto Catarse Coletiva.
- **Rio Doce Doce Mar:** criação de uma identidade que valorize os negócios da Foz do Rio Doce, com apoio do estilista Ronaldo Fraga. O Projeto está em andamento e atende a 93 participantes em Regência e Povoação, sendo 80% mulheres.
- **Capacitação na Comunidade Quilombola de Degredo** em Linhares/ES, em 2023, para discussão sobre gênero e empreendedorismo feminino, em parceria com o Coletivo Marianas, Mulheres que Inspiram, grupo que reúne mulheres empreendedoras da cidade de Mariana. Tal ação foi construída em parceria entre a Fundação Renova, a Comissão de Atingidos e Associação dos Pescadores e Extrativistas e Remanescentes de Quilombo de Degredo – ASPERQD (Associação e Assessoria Técnica Independente), no âmbito do Plano Básico Ambiental Quilombola.
- **Editais Doce:** Com o objetivo de fomentar e apoiar iniciativas sociais nas regiões atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, no Espírito Santo e em Minas Gerais, a Fundação apoia projetos nas áreas de cultura, turismo, esporte e lazer, abrangendo 46 municípios atingidos. Valorizam-se projetos inovadores em detrimento de projetos que já são largamente apresentados em editais, com foco nos grupos em situação de vulnerabilidade: a) Inclusão de pessoas com deficiência; b) Ações afirmativas voltadas para o público LGBTQIA+; c) Empoderamento e direitos das mulheres; d) Ações afirmativas voltadas para as questões raciais; e) Sociabilização da pessoa idosa; Proteção integral das crianças e dos adolescentes.
- **Oficina sobre Direitos das Mulheres, em Marliéria,** ocorrida em 07/03/24, com mulheres atingidas que são lideranças sociais do Médio Rio Doce, organizada em parceria entre as áreas de Diálogo e de Direitos Humanos. Foi um importante momento para refletir sobre a equidade de gênero, os desafios

enfrentados pelas mulheres em sua atuação social, e a importância de uma rede de sororidade para que as mulheres unidas possam se fortalecerem. Nessa oficina também foi tratado o tema da violência contra a mulher, com orientações sobre as formas de violência, medidas protetivas e canais de denúncias. Também foi fruto dessa parceria entre Diálogo e Direitos Humanos a **Oficina sobre Direitos das Mulheres para alunos do ensino médio da Escola Estadual São Sebastião**, em Sem-Peixe, que ocorreu em 08/03/24. Nessa oficina foram tratados com os alunos e professores a importância da equidade de gênero e orientações sobre os tipos de violência contra a mulher (psicológica, física, moral, sexual e patrimonial) e sobre como denunciar a violência contra a mulher.

Conforme se percebe, a própria conduta ativa da Fundação Renova põe em xeque toda a narrativa apresentada na Nota Técnica nº 56, não havendo que se falar em qualquer conduta da Fundação que tenha amplificado e consolidado quaisquer discriminações ou causado revitimização das mulheres. Em nenhum momento o Programa de Cadastro (seja na execução da Fase 1 ou da Fase 2) possuiu qualquer restrição ou tratamento discriminatório na tratativa aos solicitantes do cadastro, seja por gênero, raça, religião ou qualquer outra – nesse sentido, na própria metodologia da Fase 1 era possibilitado que os dependentes participassem da entrevista do cadastro e relatassem os danos por ele individualmente suportados, caso assim desejassem, o que afasta as alegações de tratamento discriminatório, conforme será melhor explicado a seguir.

II – CONTEXTUALIZAÇÃO ACERCA DO PROGRAMA DE CADASTRO (PG 01), SUA FASE 1 E A VALIDAÇÃO DA METODOLOGIA PELO CIF

A Subseção I.1 do TTAC tratou especificamente do Programa de Levantamento e de Cadastro das pessoas impactadas, atribuindo à Fundação Renova a obrigação de efetuar o cadastramento individualizado dos atingidos, considerando a área de abrangência Socioeconômica (Cláusula 19, do TTAC).

Nos termos da Cláusula 21 do TTAC, o cadastro se direciona às pessoas físicas e jurídicas (micro e pequenas empresas), famílias e comunidades, devendo conter o levantamento das perdas materiais e das atividades econômicas impactadas.

Todo o processo de cadastramento aplicado pela Fundação Renova sempre visou à avaliação de impacto sofrido, **independentemente de quem houvesse sofrido o dano afirmado**, por meio (i) da identificação do(a) atingido(a) a ser cadastrado(a) e (ii) do levantamento do tipo, extensão e valoração do impacto, **tendo sido a metodologia de cadastramento implementada pela Fundação Renova desenvolvida em conjunto com as instituições públicas responsáveis e devidamente acompanhada por este Comitê Interfederativo, que aprovou os lotes de Cadastro Integrado que lhe foram submetidos durante a Fase 1 do Cadastro (Lotes 01 a 38, entregues até 2021 ao CIF), sendo o tema tratado em diversas Deliberações,** conforme abaixo demonstrado:

Nº Deliberação	Resumo
5	Aprova conclusões da Nota Técnica da CTOS referente à situação atual do cadastramento de impactados e determina à SAMARCO o cumprimento de todas as orientações constantes na referida Nota Técnica.
39	Aprova critérios para validação do Cadastro Integrado do Programa de Cadastro.
71	Aprova o cronograma para cadastramento prioritário das demandas não localizadas até janeiro de 2017 do PG01.
92	Aprova o cronograma da segunda campanha de cadastramento do Programa de Cadastro, com prazo final previsto para 31/10/17.
Nº Deliberação	Resumo
40	Estabelece como validado o Lote 001 do Cadastro Integrado.
47	Estabelece como validados os Lotes 002 e 003 do Cadastro Integrado.
57	Estabelece como validado o Lote 004 do Cadastro Integrado.
70	Estabelece como validados os Lotes 005, 006, 007 e 008 do Cadastro Integrado.
103	Validação do Lote 009 do Cadastro Integrado.

120	Validação dos Lotes 010 a 017 do Cadastro Integrado.
150	Validar os Lotes 018 e 019 do Cadastro Integrado com informações referentes a 1.787 famílias, 5.581 pessoas e 2.211 propriedades.
168	Validação dos Lotes 020 a 022 do Cadastro Integrado.
235	Validação dos Lotes 023 a 025 do Cadastro Integrado referente ao Programa de Levantamento e de Cadastro dos Impactados.

O questionário inserido no Formulário Integrado é padrão e garante a todos os respondentes a mesma oportunidade para relatar todos os danos sofridos, bem como terem as suas perdas indenizáveis tratadas individualmente, na extensão de seus danos, dividindo-se em módulos de perguntas, sendo que parte delas são voltadas à captação de danos individuais e outra destinada aos danos experimentados por toda a família e, por fim, às propriedades.

Sob uma perspectiva temporal, o processo de cadastramento dividiu-se em duas fases. A primeira, iniciada em setembro de 2016, foi marcada pelas pesquisas socioeconômicas, as quais, aplicando a metodologia e o formulário indicados acima, realizavam o cadastramento dos atingidos de todos os membros do núcleo familiar de 16 (dezesesseis) anos ou mais que assim desejassem.

Além da declaração individual, era assegurado aos integrantes do núcleo familiar a possibilidade de declararem seus danos através da figura do representante. Tratava-se, contudo, de uma faculdade, sendo assegurado, em qualquer cenário, que os danos individualmente suportados fossem devidamente relatados pelos atingidos/atingidas.

A partir de 30/10/21, buscando assegurar, ainda mais a efetividade a todo processo de cadastramento, foi implementada a Fase 2 do Programa de Cadastro, havendo uma adaptação na metodologia até então utilizada (Fase 1), passando de facultativa a obrigatória a presença de todos os dependentes do núcleo familiar para a aplicação da pesquisa, garantindo-se que todos pudessem, por si, relatar seus dados, atividades e eventuais danos sofridos.

Até o momento, 229.524 pessoas físicas ou jurídicas (físicas ou jurídicas) foram atendidas pela Fundação Renova no âmbito do Programa de Cadastro (Cadastro Emergencial, Cadastro Cáritas, Fase 1 e Fase 2). Nesse universo, 113.802 pessoas se declararam mulheres, ou seja, número superior ao quantitativo daqueles que se declararam de outros gêneros.

Especificamente quanto às Fases 1 e 2 do Cadastro, do total de 159.200 pessoas que participaram da aplicação individual da Pesquisa Socioeconômica (ou seja, que foram diretamente entrevistadas), 75.507 se declararam do sexo feminino – ou seja, 47,4% do total, demonstrando a ampla participação feminina no Programa de Cadastro.

Feitas estas ponderações, se passará a demonstrar as razões pelas quais a Nota Técnica nº 56 não deve ser aprovada e nem suas recomendações validadas por este i. Comitê.

III – CONSIDERAÇÕES ACERCA DOS FUNDAMENTOS DA NOTA TÉCNICA Nº 56, OBJETO DE DISCORDÂNCIA PELA FUNDAÇÃO RENOVA

É importante salientar, desde logo, que inexistente qualquer lógica patriarcal no Cadastro e/ou nos Programas geridos pela Fundação Renova.

O conceito de núcleo familiar, utilizado pelo Cadastro Integrado é o mesmo da concepção de família operacionalizada por cadastros e censos de referência nacional, como o Censo Demográfico (IBGE) e o CadÚnico, qual seja, de “unidade nuclear composta por uma ou mais pessoas, eventualmente ampliada por outras que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas por ela atendidas, todas moradoras em um mesmo domicílio. Os próprios membros reconhecem um responsável como tal, desde que tenha idade mínima de 16 anos e seja, preferencialmente, do sexo feminino” (MDS/CadÚnico).

Da mesma forma, advém do CadÚnico a estrutura de cadastramento por núcleo familiar, com um representante por núcleo, o que de forma alguma se confunde

com a ideia de “chefe de família”, independentemente do gênero que este possa ter, pois não exprime a realidade das famílias quanto à sua organização.

No CADÚnico, assim como ocorria na Fase 1 do Cadastro gerido pela Fundação Renova, o responsável pelo cadastramento informa os dados e encaminha o documento de todos os integrantes do núcleo familiar para cadastro, o que, por si, não gera qualquer tratamento desigual ou discriminação de qualquer gênero, tanto que amplamente utilizado para o acesso a programas sociais, como o Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida, o desconto na conta de luz, a carteira do idoso, o BPC (LOAS) e muitos outros.

Saliente-se, ainda, que a abordagem de permitir que a própria família escolha um responsável para o cadastro tem a finalidade de facilitar o registro das relações de parentesco e convivência no formulário, não guardando relação com qualquer prática, pela Fundação Renova, de natureza patriarcal ou machista, mas com o intuito de identificar uma ampla gama de arranjos familiares, buscando reconhecer todos os tipos de estrutura familiar.

O representante do cadastro, por óbvio, não se confunde com o conceito de representação legal previsto no Código Civil, sendo uma ficção criada não pela Fundação Renova, mas pelos órgãos que detêm máxima expertise no processo de cadastramento de indivíduos, com o objetivo principal de assegurar o cadastramento e posterior indenização célere e efetiva das pessoas impactadas pelo Rompimento. Da mesma forma, o conceito de dependente utilizado pela Fundação Renova não foi criado por esta, mas adotado do indicado no art. 16 da Lei 8.213/1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social.

Ressalta-se, ainda, que **o fato de a pessoa ter sido cadastrada como dependente não impede que tenha seus dados e danos analisados individualmente, com a concessão de auxílio ou indenizações respectivas.** A título de exemplo, cita-se os números de AFEs concedidos às mulheres cadastradas, seja como responsável pelo cadastro ou dependente:

Origem AFE	AFE Concedido
Feminino	
Dependente	1.798
Responsável	3.670
Total Geral	5.468

No que concerne à suposta submissão das mulheres e daqueles cadastrados como dependentes, em geral, para o acesso às informações de seu cadastro, novamente se verifica equívoco quanto ao disposto na Nota Técnica nº 56, pois, independentemente da condição de titular ou dependente do cadastro, assim como independentemente do gênero do titular ou do dependente do cadastro, a consulta de suas próprias informações, no sistema de cadastro utilizado pela Fundação Renova, é franqueada à pessoa cadastrada, não havendo a discriminação alegada, **o que é de pleno conhecimento deste i. Comitê, na medida em que emitiu a Deliberação nº 105, que versa sobre comunicação e acesso à informação**, tendo a Fundação Renova implantado um Portal na internet, com acesso individual (mediante login e senha), para que todos os atingidos passassem a ter acesso aos documentos de avaliação de impacto do Cadastro Integrado (Questionário, Ficha Familiar, Laudo de Avaliação - quando aplicável - e Parecer Técnico), a avaliação de sua elegibilidade ao Programa de Indenização Mediada (PIM) e status de pagamento de sua indenização, ao status de recebimento ou não do Auxílio Financeiro Emergencial, dentre outras informações sobre seu processo integral de reparação.

Como se observa, efetivamente, durante a Fase 1 do Programa de Cadastro, não havia obrigatoriedade da participação de todos os integrantes do núcleo familiar na entrevista feita pela Fundação Renova, o que não significa dizer que os dados e os danos indicados pelo responsável pelo cadastro não fossem levados em conta ou quantificados. Por outro lado, desde que presentes, todos os integrantes eram ouvidos, com a declaração individual de seus danos, não havendo também qualquer vedação para que as entrevistas fossem feitas individualmente, se assim fosse solicitado.

Este dado histórico, contudo, não é suficiente para autorizar que todas as mulheres cadastradas na Fase 1 tenham acesso imediato ao Programa de Auxílio Financeiro

Emergencial, ao Programa de Indenização Mediada e, muito menos, ao Novel (estes dois últimos voltados para acordo extrajudicial, cujo requerimento deve ser feito pelo próprio interessado, não bastando a pessoa ser cadastrada, para que obrigatoriamente seja incluída no Programa/Sistema, em respeito à autonomia da vontade).

Isso porque, ainda que, por algum motivo, o responsável pelo cadastro na Fase 1 não tenha indicado eventual dano ou tenha fornecido dados incorretos de quaisquer das mulheres cadastradas à época ou estas não tenham sido ouvidas ou os danos narrados por elas não tenham sido eventualmente registrados corretamente durante o cadastramento, o responsável pelo cadastro teve 10 dias úteis após o recebimento do seu formulário para solicitar eventuais correções no formulário entregue.

Além disso, a decisão judicial proferida em 30/10/21, no âmbito do Eixo Prioritário nº 7 (autos nº 1000415-46.2020.4.01.3800), assegurou o direito de revisão cadastral de forma ampla, sem qualquer limitação quanto aos titulares, dependentes, muito menos quanto às mulheres cadastradas, seja na Fase 1, seja na Fase 2 do Cadastro.

Durante o período de revisão que funcionou nos termos da decisão supracitada, não houve qualquer impedimento para que os eventuais dependentes requeressem a revisão dos seus dados pessoais, independentemente de qualquer autorização, do gênero ou condição autodeclarada no momento do cadastro.

Dessa forma, não há que se falar em qualquer comportamento discriminatório por parte da Fundação Renova que justifique quaisquer das recomendações da CT-OS, por meio da Nota Técnica nº 56, notadamente quanto ao acesso aos sistemas indenizatórios mantidos pela Fundação Renova, pois o mero cadastro de qualquer pessoa que se considere atingida pelo rompimento da barragem de Fundão não dá acesso imediato aos Programas executados pela Fundação Renova ou ao Novel, sendo necessária a verificação dos requisitos de elegibilidade fixados para cada um deles.

Por fim, é necessário ressaltar a impossibilidade de este i. Comitê analisar pedidos judiciais, expressamente dispostos na Ação Civil Pública de nº 6029634-39.2024.4.06.3800, ajuizada perante a 4ª Vara Federal em Belo Horizonte pelas Instituições de Justiça, como os que são objeto das recomendações da Nota Técnica nº 56, “regulamentando-os” ou deferindo-os, de forma diversa ou antes de que sejam objeto de análise do Juiz competente para tanto, sob pena de caracterização de inegável Conflito Federativo, nos termos do art. 102, inciso II, alínea f, da CF/1988, bem como evidente extrapolação das competências do CIF, nos termos dispostos na Cláusula 245 do TTAC e no artigo 61, §1º, II, e, da CF.

Além disso, ainda que fosse possível a este Comitê Interfederativo substituir a função judicial, observa-se que os prazos sugeridos pela Nota Técnica nº 56 são absolutamente inexecutáveis pela Fundação Renova, seja do ponto de vista técnico, de pessoal ou orçamentário, razão pela qual, pugna-se para que sejam afastados e, caso se entenda pela discussão do tema ora em análise, que seja privilegiado o diálogo entre este i. Comitê e a Fundação Renova, em termos técnicos e para a superação de eventuais barreiras e dificuldades que eventual e pontualmente sejam identificadas em relação às mulheres atingidas, construindo-se, conjuntamente, soluções e prazos aceitáveis para tanto, com o prévio conhecimento e discussão produtiva entre as partes.

Quanto a esse último ponto, deve ser registrado que a minuta da Nota Técnica nº 56 não foi disponibilizada à Fundação Renova previamente à reunião da Câmara Técnica que a aprovou, o que contribui em sentido contrário ao espírito de construção coletiva que deve nortear a relação entre o Sistema CIF e a Fundação Renova.

IV – CONCLUSÃO

Tendo em vista o exposto, a FUNDAÇÃO requer seja **reprovada** a Nota Técnica nº 56, indicada no item 5.3 da pauta pelos membros do CIF, não devendo ser acatadas suas recomendações, notadamente porque **(i)** uma decisão judicial citada não comporta regulamentação por qualquer outro Poder Público; **(ii)** os prazos fixados, sob pretexto de regulamentação, são inexecutáveis e **(iii)** não cabe

ao CIF concorrer com a competência do Poder Judiciário na análise de pedidos que estão expressamente *sub judice*, notadamente tendo por fundamentos relatos que não correspondem à realidade e não geraram as consequências dispostas na Nota Técnica nº 56, não justificando as medidas sugeridas.

FUNDAÇÃO RENOVA

DocuSigned by:

0A91BF99B8CF443...

Júlio Moreira Gomes

Gerência Jurídica